

Presidência do TRT da 2ª Região, em seu primeiro ano de gestão, otimiza administração, estimula a participação de magistrados e servidores nos ambientes de discussão para a melhoria e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Ao assumir a presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região há exatamente um ano, em 3/10/2022, a desembargadora Beatriz de Lima Pereira recebeu de seus pares a importante missão de conduzir o maior Tribunal do Trabalho do país.

Decorrida a primeira metade do mandato, necessária a prestação de contas aos magistrados e servidores do Tribunal e à sociedade acerca das iniciativas e ações concretizadas.

A experiência vivenciada neste primeiro ano tem se revelado desafiadora e, ao mesmo tempo, recompensadora.

No contexto pós-pandemia da COVID-19, diversos foram os desafios enfrentados, destacando-se, entre eles, os seguintes:

- a) retorno ao trabalho presencial;
- b) organização dos espaços físicos para o adequado acolhimento dos servidores e magistrados nesse retorno;
- c) criação de espaços de uso compartilhado/colaborativo para magistrados e servidores;
- d) modernização tecnológica das salas de audiência e das salas de sessão, para possibilitar o uso nos formatos presencial e híbrido;
- e) implementação de normas a regulamentar o teletrabalho e condições especiais de trabalho para servidores e magistrados, no Regional, respeitando as situações já existentes; e
- f) atenção especial no enfrentamento das consequências que a crise pandêmica causou na saúde dos servidores e magistrados.

Força de trabalho

Ante o cenário deficitário de servidores, recrudescido pelos cortes orçamentários impostos à Justiça do Trabalho em passado recente, outro grande desafio da Administração foi o incremento do quadro de pessoal, priorizando a atividade judicante.

Para tanto, a gestão atual envidou esforços junto ao CSJT para que a distribuição de cargos a serem providos atendesse a demanda da

Segunda Região. Em decorrência desse trabalho, pudemos dar posse a 313 novos servidores em 2023, o que possibilitou o incremento no quadro dos gabinetes de desembargadores(as) e da força de trabalho nas unidades judiciárias de 1º grau.

Ainda com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional e suprir a carência de pessoal sempre constatada nessa atividade, foi promovida nesta gestão a reestruturação interna nos quadros, do que resultou a redistribuição de mais de 40 servidores da área administrativa para a área fim.

Com o mesmo propósito, também foram atribuídas funções e cargos comissionados no 1º e 2º grau de jurisdição, especificamente para os assistentes de diretor de Vara do Trabalho e assessores e assistentes de gabinete de desembargador.

Capacitação de Servidores – Centro de Excelência

Em maio de 2023, com objetivo não apenas de promover a capacitação mas também o acolhimento dos servidores, foi inaugurado o Centro de Excelência do 1º Grau.

A iniciativa visa à qualificação dos(as) servidores(as) recém-empossados(as) e à requalificação daqueles em atividade, preparando-os para as diversas funções e rotinas jurídicas e administrativas de uma vara do Trabalho.

Importante esclarecer que a atuação do Centro de Excelência pode ser deflagrada por iniciativa não apenas da Administração, como dos gestores das unidades judiciárias do próprio servidor interessado.

Até a presente data, 91 servidores foram qualificados no Centro.

Reinauguração da Creche

Após longo período de isolamento social decorrente da pandemia, o retorno ao trabalho presencial ressaltou a importância de reinauguração da creche "Ternura, Risos e Travessuras", instalada em prédio anexo ao Fórum Ruy Barbosa.

Café com a Presidente

Mediante encontros presenciais, esse evento propicia maior proximidade de servidores com a Administração do tribunal. Em um bate-papo entre a presidente e funcionários que se inscrevem previamente, acompanhados de um lanche, os servidores apresentam

diretamente à presidência, e de forma descontraída, suas preocupações, queixas e projetos. Os encontros ocorreram em 31/3, 26/5 e 1º/9; o próximo acontecerá em 10 de novembro.

Férias

Com o desiderato de sanear o elevado saldo de férias de desembargadores e juízes, a Presidência, com o apoio da Corregedoria Regional, determinou a observância da fruição dos dois períodos anuais garantidos pela LOMAN.

De igual maneira, objetivando cumprir as reiteradas determinações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, conforme registros lançados em Atas de Correições Ordinárias no Regional, esta Administração passou a deferir somente os requerimentos de indenização de férias dos períodos posteriores a 2021 nas hipóteses em que a interrupção do gozo seja motivada por real e imperiosa necessidade de serviço, nos termos da Resolução CSJT nº 253.

CEJUSC

Aqui é necessário mencionar a reestruturação promovida nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos Individuais, órgãos que retornaram para a competência da Presidência do Regional nesta gestão.

Nesse contexto, foi atribuída a um magistrado a coordenação do CEJUSC de 1.º grau e promovido o saneamento das pautas de conciliação do CEJUSC de 2º. grau, com iniciativas que, ao tempo em que incentivaram a realização de acordos em processos com real e efetivo potencial conciliatório, passaram a evitar que a permanência desnecessária dos feitos no CEJUSC impactasse negativamente no fluxo processual.

Foram também organizadas pautas temáticas, envolvendo empresas que formalizaram perante a Presidência a intenção conciliatória para liquidação de elevado número de processos em que foram condenadas em primeira instância.

De igual maneira, também com escopo de incentivar as conciliações em processos envolvendo terceirização, a Presidência firmou com a PETROBRAS um Termo de Cooperação. Na mesma esteira, estão sendo gestados Termos de Cooperação semelhantes com a ECT e a União Federal.

Ressalte-se, ainda, a atuação da Presidência do Tribunal na busca de solução em processos de grande repercussão, como as execuções contra o Banco Santander.

Justiça Itinerante

O Tribunal reativou, por meio da Resolução Administrativa TP nº 1/2023 e em cumprimento à Resolução n. 460 do CNJ, a "Justiça Itinerante", com o objetivo de garantir o pleno acesso ao Judiciário para a população que enfrenta barreiras geográficas, socioeconômicas (em situação vulnerável) e de outra ordem.

O serviço judiciário itinerante, a ser prestado em viatura do TRT 2 preparada para essa finalidade, abrangerá atendimento público, recebimento de reclamações da população em situação vulnerável e realização de audiências.

Comissão de Conflitos Fundiários

Em cumprimento à liminar deferida na ADPF n. 828 e nos termos da Resolução CNJ n. 510/2023, foi instituída no âmbito do Tribunal, por meio do Ato GP n. 54/2023, a Comissão Regional de Soluções Fundiárias, com a finalidade de promover a mediação prévia à execução de ordem judicial de desocupação coletiva.

No contexto pós-pandêmico, recrudesceram os conflitos decorrentes das ocupações urbanas e rurais, cenário em que a atuação da comissão regional ganhou especial relevo, auxiliando os magistrados na busca de soluções que podem prevenir confrontos decorrentes da execução da ordem de desocupação forçada em áreas arrematadas em ações trabalhistas.

Essa destacada ação do Tribunal foi exposta como um importante *case*, em palestra proferida pela Presidente Beatriz de Lima Pereira por ocasião das comemorações do 190º aniversário do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, em 19 de setembro de 2019.

Projeto Garimpo

O Tribunal iniciou um processo de reestruturação do setor responsável pelo "projeto garimpo", importante instrumento destinado à recuperação de depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente antes de fevereiro de 2019 (Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01/2019).

As ações vêm sendo desenvolvidas sob a batuta da Corregedoria Regional, com o apoio da Presidência, sendo saneados 2.960 processos e recuperados, até o mês de agosto de 2023, R\$ 47.298.843,64.

Precatórios

Atendendo à Resolução 303 do CNJ, foi feita a migração dos processos administrativos de RPs federais e precatórios para PJe-JT de 2º grau.

Ademais, todas as requisições de pagamento de precatórios enviadas até 02 de abril de 2023, pelas unidades judiciárias, foram autuadas e inscritas no orçamento de 2024 dos entes devedores.

Ainda em cumprimento à Resolução 303 do CNJ, desde junho do corrente ano, a Presidência passou a efetuar todos os pagamentos de RPs federais e precatórios diretamente aos credores, incluindo acordos diretos, parcelas preferenciais, transferência de contribuições sociais, imposto de renda retido na fonte, honorários advocatícios e periciais e depósitos do FGTS na conta vinculada do trabalhador.

Secretaria de Segurança Institucional

A Presidência, implementando adequações normativas, modificou escalas de trabalho, alterou o sistema de plantões, incrementou o número de seguranças e motoristas terceirizados, ampliou postos de trabalho, deu posse a novos servidores técnicos judiciários da área administrativa - especialidade segurança judiciária -, otimizou o uso de veículos de serviço para transporte de pessoal e materiais de acordo com a necessidade da Administração, atendendo o artigo 196 do Regimento Interno deste Tribunal, de modo que a Secretaria de Segurança Institucional disponibilizasse aos(as) magistrados(as) de segunda instância veículo oficial e agente, quando necessários, exclusivamente no desempenho da função pública, nos termos da Resolução n. 68, de 2010, do CSJT.

Reestruturação física

Com vistas a garantir a segurança e acessibilidade de todos os frequentadores das unidades deste Tribunal Regional, foram realizadas diversas obras de melhoria em suas edificações.

O edifício-sede, localizado na rua da Consolação, em São Paulo, foi readequado segundo normas de acessibilidade, entre as quais, cite-se, a substituição dos guarda-corpos e corrimãos de mezaninos e escadarias.

As melhorias no imóvel incluem, ainda, a substituição do revestimento das fachadas, a fim de promover a conservação do patrimônio e o aumento do conforto térmico, com redução dos gastos de energia com climatização, lembrando que a segunda etapa dessa

obra, com previsão de término neste exercício, ocorreu nesta gestão, com a licitação do porcelanato e sua colocação.

Foi retomado também o projeto de substituição das divisórias internas dos ambientes do edifício-sede para garantir maior segurança e conforto, sendo incluída em referido projeto a colocação de divisórias entre as Turmas, atendendo a reivindicação dos seus servidores.

Em Cubatão, o Fórum foi instalado em novo imóvel, na região central, facilitando o acesso da população e reduzindo, de forma significativa, as despesas com aluguel.

Já no Fórum Trabalhista de Guarujá, foi renovada toda sua estrutura básica, com melhorias de acessibilidade e climatização.

Da mesma forma, foi realizada importante reforma para implementação de melhorias estruturais no Fórum de São Bernardo do Campo.

Por fim, em relação ao Fórum Trabalhista de São Caetano do Sul, encontra-se em obras na cobertura e fachada, cuja conclusão está prevista para este exercício.

Acessibilidade

O TRT-2 destaca-se na área de acessibilidade e foi um dos primeiros tribunais a ter uma seção específica destinada a essa área.

O regional conta com serviço de tradução de Língua Brasileira de Sinais (Libras), legendagem e audiodescrição em seus pronunciamentos oficiais, eventos, cursos, palestras, também nos diversos canais de atendimento ao público interno e externo da instituição. Prestigiando essa importante atividade, em março deste ano, disponibilizou tradução em Libras de todo o conteúdo do portal na internet, por meio de uma ferramenta chamada Libras, tornando compreensíveis às pessoas com deficiência auditiva textos, áudios e vídeos.

Além disso, designou um servidor para atuar nas audiências em que a tradução de Libras é necessária.

Durante o mês de agosto deste ano, o TRT-2 realizou o Censo das Pessoas com Deficiência. Magistrados(as), servidores(as), advogados(as), partes em processos e frequentadores(as) das dependências do tribunal tiveram a oportunidade de responder a um questionário sobre acessibilidade. Além de conter bloco sociodemográfico, a pesquisa abrangeu itens como instalações físicas, mobiliário, tecnologia e comunicação. Foram 200 pessoas (incluindo público interno e externo) que contribuíram com impressões, críticas e sugestões. Pela iniciativa inédita, o regional foi premiado durante a segunda edição do "Justiça do Trabalho Acessível", do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Além disso, desde julho deste ano, a Ouvidoria do Regional disponibiliza um canal exclusivo de atendimento para pessoas com deficiência auditiva por meio do aplicativo WhatsApp. Podem utilizar o serviço tanto quem faz parte do público externo como também os que integram o público interno (servidores(as), terceirizados(as), magistrados(as), aposentados(as) e pensionistas).

Igualdade

Com o objetivo de contribuir para o combate e a correção das desigualdades raciais, em novembro de 2022, o TRT-2 aderiu ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial. O documento foi elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de fortalecer a igualdade racial no Poder Judiciário.

O regional promoveu também Ciclo de Palestras do Orgulho LGBTQIAPN+. Foram três dias de debates ligados aos trabalhos, direito e inclusão de pessoas vulneráveis e do grupo LGBTQIAPN+. O evento contou com a participação da psicóloga e ativista Jaqueline Gomes de Jesus e da professora Antonella Galindo, primeira mulher trans eleita para a direção da Faculdade de Direito de Recife, entre outros(as) convidados(as).

Sustentabilidade

Neste ano, o TRT-2 foi destaque na área ambiental ao obter o primeiro lugar no Prêmio Juízo Verde 2023 do CNJ na modalidade Boas Práticas pelo "Jogo Virtual para Sustentabilidade - TRT-2 Sustentável". A iniciativa mobilizou 39 prédios do Regional e possibilitou a economia de papel, energia e água. Confira mais detalhes da cerimônia de entrega do prêmio.

Cidadania

Com vistas ao cumprimento da Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, o Tribunal aderiu, no início desta administração, ao projeto "POP Rua-Jud", instituído no âmbito do Poder Judiciário por força da Resolução n. 425, do CNJ.

O objetivo do programa é oferecer o atendimento judiciário, entre outros serviços que visem à qualificação da cidadania, à população em situação de vulnerabilidade.

A iniciativa do projeto foi do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região aderiu à ação desde o início desta Administração, oferecendo o serviço judiciário desta Justiça Especializada à população vulnerável atendida pelo programa.

Durante as ações desenvolvidas periodicamente em determinadas regiões da área de jurisdição do Tribunal, juízes(as) e servidores(as) do TRT-2 atendem a população vulnerável em questões trabalhistas, prestam informações sobre processos, fazem atermações verbais e realizam audiências.

O tribunal participou ativamente das quatro edições já ocorridas, e neste mês de outubro, haverá mais dois mutirões: em Santo André, entre os dias 17 e 19, e no centro de São Paulo, nos dias 24 a 26.

Ainda no campo das ações destinadas à qualificação da cidadania, em maio deste ano o Tribunal passou a cooperar com o programa "Trabalho, Justiça e Cidadania", de iniciativa da Anamatra, com o objetivo de aproximar o Poder Judiciário e a sociedade, conscientizar o cidadão sobre seus direitos e deveres básicos e promover o exercício da cidadania. As ações do programa são desenvolvidas em escolas e as ideias são difundidas por meio de palestras, cursos, debates e distribuição de cartilhas.

No primeiro semestre deste ano, o Tribunal recebeu, no Fórum Ruy Barbosa, um grupo de estudantes e professores destinatários das ações do Programa TJC. Na ocasião, a Presidente Beatriz de Lima Pereira e o Ministro Lélío Bentes Corrêa, em visita institucional ao Tribunal, receberam o grupo de estudantes e seus professores.

Colegiados Temáticos

Em atenção à Política de Governança dos Colegiados Temáticos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, houve reestruturação dos comitês, subcomitês, comissões ou grupos de trabalho, nos termos da Resolução nº 325, do CSJT.

Inovação e boas práticas

O Regional destacou-se também na iniciativa "Startups JT", do CSJT, com a seleção do projeto Argos, que automatiza e facilita as pesquisas patrimoniais nos diversos convênios compartilhados com a Justiça do Trabalho, utilizados para a fase de execução.

A presidência incentiva também o intercâmbio de ideias. Nosso Regional lidera uma força-tarefa, que reúne servidores de todo o país, para aprimorar o sistema de pagamento de passivos. Além de estimular a participação dos nossos servidores em congressos e encontros, bem como na atuação em projetos de inovações.

Perspectivas futuras

A vivência à frente da gestão do Tribunal tem trazido não apenas desafios à Presidência como também a renovação das perspectivas de futuro da Segunda Região.

Para que o Regional continue a entregar ao jurisdicionado o serviço público de qualidade a que sempre se comprometeu, necessário que acompanhe as constantes mudanças do mundo, colhendo os frutos que as inovações tecnológicas trouxeram ao processo, sem se descurar, contudo, de sua missão principal: promover a justiça com vistas à qualificação da cidadania e à pacificação social.

Nesse contexto, dois novos projetos estão sendo gestados para implementação ainda nesse segundo ano de gestão:

- a) revisão do normativo a regulamentar a lotação de servidores nas unidades judiciárias de 1º grau, à luz dos parâmetros da Resolução CNJ 219, equalizando o quantitativo das lotações em conformidade com casos novos e acervo existentes na Vara do Trabalho;
- b) estudos para reorganização judiciária e análise de viabilidade de instalação de novas Varas do Trabalho, considerando casos novos distribuídos e outros parâmetros das normas a regulamentar o tema.

De igual maneira, em razão da elevada distribuição de feitos no Tribunal a gerar acúmulo de serviço, está sendo revisado o ato de convocação para o segundo grau, contemplando os parâmetros estabelecidos - merecimento e antiguidade - pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, na última Correição Ordinária ocorrida em agosto de 2023.

Em relação aos servidores, será implementado um evento, a exemplo da Semana Institucional dos Magistrados, que contemple a integração e a realização de atividades voltadas a seus interesses pessoais e profissionais.

Em relação às instalações físicas, importante referir que o retorno ao trabalho presencial também trouxe à Presidência a preocupação com o futuro do Tribunal, tendo em vista o reduzido número de prédios próprios. Sendo assim, com a perspectiva de diminuir os custos com aluguéis, a impactar sobremaneira no orçamento do Judiciário, já foi solicitado à Secretaria de Infraestrutura Predial um estudo de viabilidade para substituição das locações por aquisição de imóveis para instalação das unidades judiciárias.

Beatriz de Lima Pereira
Desembargadora Presidente do TRT da 2.ª Região